

**PARTICIPAR É PRECISO
E SEU DIREITO!**



**PARTICIPAR É PRECISO
E SEU DIREITO!**



Apoio



interpaz.tdh-latinoamerica.de

2022



Participação é da sua conta. Sabe por quê?	6
Conheça os obstáculos que ameaçam seu direito à participação	10
Saiba por que as barreiras são ainda maiores para elas	16
Afinal, como participar na prática?	22
Nossas fontes de pesquisa (que podem ser suas também)	28
Por trás deste guia	30



PARTICIPAÇÃO É DA SUA CONTA. SABE POR QUÊ?

De quantos grupos e espaços você tem participado ao longo da sua vida? Podemos pensar em família, escola, trabalho, comunidade, política. É coerente concluir, então, que participar é algo que compõe a própria experiência humana e que faz parte da nossa constituição enquanto seres humanos. **Concorda?**

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabelece que você, que tem menos de 18 anos, tem o direito de expressar seus pontos de vista e de participar de todos os assuntos que te afetam. Afinal, você, melhor do que ninguém, conhece suas necessidades, objetivos, sonhos, capacidades, medos, dificuldades, o lugar onde vive e os problemas que enfrenta. Sendo assim, você é capaz de propor ações concretas por meio de processos adequados, que levem em conta sua idade e sua experiência para te orientar.

É por meio da participação que você pode dizer o que pensa sobre temas que te interessam e pode exigir e defender esse e outros direitos garantidos por leis nacionais e internacionais.

—INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



Educação climática é uma das prioridades da organização brasileira Engajamundo, que integra o grupo formalizado pelas Nações Unidas para representar as juventudes nas negociações sobre mudanças climáticas. A organização, liderada por jovens, tem como objetivo formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus impactos sociais e ambientais e capazes de participar e incidir efetivamente em processos de decisão que podem atingir suas comunidades, o país e o mundo. Saiba mais em <https://engajamundo.org>.

O exercício do direito de crianças e adolescentes à participação é importante para desenvolver habilidades de comunicação, capacidades individuais e coletivas para resolução de conflitos, autoestima, senso crítico, cidadania e relações equitativas com pessoas adultas. Se apropriar desses aprendizados é fundamental, inclusive, para sua autoproteção, tendo em vista o aumento das capacidades de reconhecer e saber o que fazer perante uma ameaça ou violência.

Ou seja, quanto mais informações você tiver sobre seus direitos e mais confiança e espaços para expressar suas opiniões e participar das decisões que te dizem respeito, maior será sua capacidade de afirmar e defender outros direitos tão importantes, como educação, proteção e saúde. E te escutar é crucial para o processo de elaboração e implementação dessas políticas públicas.

Já tinha pensado nisso?

Mas, apesar de serem muitas as vantagens da ampliação de espaços e oportunidades para sua participação, há também alguns desafios. Isso porque nossa sociedade ainda é adultocêntrica, o que significa que a opinião das pessoas adultas é considerada mais relevante do que a de uma criança ou adolescente.

Para fazer com que seu direito de participar aconteça na prática, é necessária uma mudança de cultura e o fortalecimento de espaços democráticos, além do compromisso por parte de toda a sociedade, que gerem processos contínuos para a criação de ambientes seguros para crianças, adolescentes e jovens com deficiência, de diferentes raças e etnias, territórios, idades, classes sociais, gêneros e orientações sexuais, políticas e religiosas. Só assim, será possível que expressem suas opiniões com liberdade e sem julgamentos, recebam informações adequadas, tenham suas demandas levadas em conta e escutem também reflexões uns dos outros.

É por reconhecer seu direito à participação e entender a importância dela para provocar mudanças, que nós, do Projeto Regional Interpaz, temos desenvolvido ações de promoção de cultura de paz e prevenção à violência de gênero em conjunto com crianças, adolescentes e jovens.

Temos feito isso junto com organizações parceiras em três países (Ação Educativa, no Brasil; Corporación Amiga Joven, na Colômbia; e Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI), em El Salvador), com a coordenação de terre des hommes Alemanha e cofinanciamento do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Ao lado de tanta gente, disseminamos práticas e metodologias que contribuem para a resolução não-violenta de conflitos, o respeito à pluralidade, o incentivo ao diálogo e à cooperação e o rompimento com normas culturais que naturalizam diversas formas de violência, principalmente contra meninas e mulheres, tendo crianças, adolescentes e jovens como protagonistas nos processos e ações.

Para garantir que isso funcione na prática, Amiga Joven, na Colômbia, busca ser flexível na aplicação de suas metodologias e atender às necessidades e características de cada grupo, ao envolver crianças, adolescentes e mulheres jovens no planejamento e desenvolvimento das atividades da Escola Popular de Gênero e Formação Sociopolítica e dos processos de formação para prevenção à violência.

No caso da metodologia do Futebol de Rua, desenvolvida pela Ação Educativa no Brasil, crianças, adolescentes e jovens lideram as atividades e, juntamente com seus pares, estabelecem espaços seguros de diálogo, cooperação e solidariedade.

Já o MUPI, em El Salvador, desenvolve oficinas criativas em instituições educativas e se empenha em assegurar que crianças e adolescentes exercitem a exposição de suas opiniões, incentivando valores como solidariedade, trabalho em equipe e diálogo, para responder ao sistema competitivo que marca as escolas do país.

Saiba mais sobre as ações desenvolvidas por essas organizações em www.interpaz.tdh-latinoamerica.de.

Este guia representa, portanto, o nosso convite para refletir sobre a importância da participação, conhecer algumas experiências

e reivindicar que crianças, adolescentes e jovens tenham voz e influência nos assuntos que lhes afetam e também naqueles com potencial para transformar o mundo em que vivemos naquele que queremos, com liberdade, respeito e direitos garantidos a todas e todos.

Nas próximas páginas, você encontrará informações e exemplos para te inspirar a ampliar sua participação e ajudar outras crianças e adolescentes nesse caminho. **Topa?**

+ PARA AMPLIAR O HORIZONTE

Em seu manual sobre a participação de meninas e meninos, terre des hommes Alemanha reúne exemplos de boas práticas, referências de leitura e ferramentas sobre como implementar a participação de crianças e adolescentes. Acesse em bit.ly/manual-participacao.

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



No Chile, a população elegeu representantes com perfil bastante diverso - e um mesmo número de mulheres e homens - para redigir uma nova Constituição para o país, em substituição à Carta Magna, elaborada em 1980, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Em 2021, foram eleitas 77 mulheres e 17 representantes dos povos originários entre os 155 constituintes. Tanto a eleição de jovens para a Convenção Constituinte, quanto as mobilizações de estudantes pelo direito à educação, registradas nas décadas passadas, têm inspirado movimentos em outros países.

Valentina Miranda foi a porta-voz da Coordenação Nacional dos Estudantes Secundaristas chilenos durante as manifestações de estudantes em resistência à privatização da educação pública de nível médio e fundamental e se tornou a constituinte mais jovem na Convenção. O próprio atual presidente do Chile, Gabriel Boric, começou sua militância no movimento estudantil.



CONHEÇA OS OBSTÁCULOS QUE AMEAÇAM SEU DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Você sabia que crianças e adolescentes, assim como as pessoas adultas, têm garantida uma série de direitos, seja pelas legislações de seus países, seja por tratados internacionais e regionais?

Porém, muitos desses direitos não têm sido assegurados e respeitados em razão de um contexto social, político e econômico marcado por ameaças e ataques às democracias, a defensoras e defensores dos direitos humanos, aos territórios e à biodiversidade.

Especialmente nas últimas décadas, um cenário político instável, com o crescimento de governos autoritários e da violência estatal e a diminuição dos espaços de atuação da sociedade civil organizada, tem enfraquecido as democracias em diversos países da América Latina.

Em 2021, na Colômbia, houve forte repressão por parte das forças policiais aos protestos sociais e muitas detenções arbitrárias de jovens e outros grupos da população.

Em El Salvador, após o aumento no número de assassinatos no país, o governo decretou Estado de Exceção em 2022, argumentando combater a ação de grupos ilegais, conhecidos como “pandillas”. A medida suspendeu direitos fundamentais como o direito à defesa e permitiu a prisão de adolescentes, por exemplo. A atuação das forças de segurança se concentrou nas comunidades historicamente excluídas e em situação de pobreza no país.

Já no Brasil, os últimos anos foram marcados pelo autoritarismo, omissão e negacionismo do governo federal às consequências da pandemia, o que tem agravado as desigualdades econômicas e desmantelado as políticas sociais, fazendo aumentar a fome e a pobreza no país.

Outro reflexo do autoritarismo é o processo de criminalização de movimentos, organizações sociais e defensoras e defensores dos direitos humanos, que pretende deslegitimar suas lutas e restringir suas formas de atuação. É comum, por exemplo, vermos manifestações sendo tratadas com truculência e violência pela polícia, pelos governos e pela mídia.

Essa situação é ainda mais preocupante em países marcados por um contexto de exclusão econômica e social, destruição ambiental e discriminação e violência contra as mulheres, populações LGBTQI+, populações negras e povos indígenas e tradicionais.

É o caso dos países da América Latina, região que concentra dois terços do total de assassinatos a defensoras/es de direitos humanos. Só em 2020, 227 defensoras/es ambientais foram mortas/os em todo o mundo. Mais de 70% desses crimes ocorreram na região, sendo a Colômbia o país que concentra o maior número de casos e o Brasil o quarto país com mais assassinatos de ativistas e defensoras/es.

Esse perigo é ainda maior para as defensoras e ativistas. Apenas por serem mulheres, elas enfrentam riscos, violências e obstáculos adicionais aos dos homens. **Você já ouviu falar sobre isso?**

+ PARA AMPLIAR O HORIZONTE

O manual Semeando o Poder: Um Guia Para Mudar o Mundo, iniciativa do projeto brasileiro Banana-Terra, contém todo o conteúdo oferecido durante as oficinas de aceleração de ativismo e mobilização oferecidas pela iniciativa, com alguns passos e ferramentas para ajudar qualquer pessoa interessada em criar, planejar e colocar em prática projetos que promovam as mudanças positivas desejadas. Acesse o manual em bit.ly/manual-mude-mundo e saiba mais sobre o projeto em <https://bananaterra.org.br/>.

A desigualdade de gênero e o machismo violam os direitos políticos das mulheres, colocando uma série de barreiras para que possam ocupar espaços públicos e reivindicar direitos. Essa situação é chamada de violência política de gênero e inclui ações violentas direcionadas a mulheres em espaços de disputa do poder político, como partidos políticos e movimentos sociais, ou já eleitas, durante seus mandatos. A violência política pode incluir violência física, psicológica, simbólica, sexual, patrimonial, moral ou feminicida, com o objetivo principal de diminuir ou anular a participação política das mulheres.

PARA AMPLIAR O HORIZONTE

A série *Eleitas*, do Instituto Update, aborda, em três episódios, temas como violência política de gênero e igualdade entre homens e mulheres em cargos públicos, além de retratar histórias de mulheres que ocupam os espaços da política na América Latina. Assista em bit.ly/serieeleitas.

Com a pandemia de Covid-19, o cenário de ameaças e violações de direitos se agravou ainda mais, fazendo com que grupos que já sofriam com esse contexto tivessem suas condições de vida pioradas. É o caso das crianças, adolescentes e jovens, que, além de sofrerem os impactos ao seu direito à participação nos espaços da comunidade escolar, também tiveram que lidar com as consequências materiais da pandemia, como a perda de emprego de seus familiares, o corte de auxílios financeiros relacionados à frequência escolar e até a ausência da merenda escolar, que, para muitas famílias, funcionava como um complemento da alimentação diária ou a refeição mais importante de suas filhas e filhos. Sem contar o aumento dos casos de violência contra crianças, adolescentes e jovens em casa e os impactos emocionais com a perda de familiares em razão da Covid-19.

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



“O governo está nos matando” foi o grito da juventude colombiana diante da repressão contra a mobilização pacífica iniciada em abril de 2021, data em que sindicatos do país convocaram uma greve nacional. Os protestos foram protagonizados pelas/os jovens, principalmente as/os das regiões mais periféricas, marginalizadas e empobrecidas, que viveram diretamente as consequências econômicas e emocionais da pandemia.

Após os protestos de 2021, os maiores da história do país, um grupo de congressistas jovens de diferentes partidos políticos integrou a iniciativa #LosJóvenesTienenLaPalabra e percorreu as cidades do país com maior índice de desemprego jovem para uma série de encontros abertos com as juventudes. A ideia foi buscar converter a indignação das ruas em oportunidades para uma reforma nas instituições do país.

Se você chegou até aqui, pode estar se perguntando: “Mas, afinal, o que tudo isso tem a ver com participação?”

É que garantir o direito de crianças e adolescentes à participação diante desse cenário torna-se ainda mais importante para a concretização de outros direitos básicos. Afinal, por meio dela, é possível expressar sua voz e ter seus desejos e suas necessidades incluídas em todos os espaços da vida em sociedade, seja na família, na comunidade, no bairro, na escola, na equipe de esporte, entre outros. Além de, é claro, poder reivindicar, monitorar e influenciar as políticas e ações públicas que afetam seu cotidiano.

E assim como tudo na democracia, a promoção do direito à participação é um assunto de responsabilidade conjunta de toda a sociedade, incluindo governos, empresas, sociedade civil e famílias.

O que você pensa sobre isso?

Apesar de ser um direito consagrado nas declarações internacionais e em leis nacionais, a participação não acontece num passe de mágica. É preciso estabelecê-la como um processo de aprendizagem ao longo dos ciclos da vida. Na infância, por exemplo, esse direito pode ser exercitado de maneira lúdica e progressiva, respeitando as fases de desenvolvimento da criança. Já na adolescência, a participação pode ganhar outros níveis, aproveitando toda a inventividade, criatividade e visão crítica que esse grupo traz para a sociedade.

Para isso, é fundamental que os orçamentos públicos garantam recursos para financiar processos e espaços que efetivamente estimulem a participação nas diferentes áreas e utilizem metodologias e informações amigáveis, considerando os diferentes momentos do desenvolvimento e a autonomia progressiva das crianças e das/os adolescentes.

A participação precisa ser vista como um processo contínuo que envolve abertura ao diálogo, formação, empoderamento, experiência e incidência, sendo indispensável para o fortalecimento das democracias.

PARA AMPLIAR O HORIZONTE

Jovens de diferentes países da América Latina e Caribe se reuniram no primeiro ciclo de troca de saberes, promovido pela Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação (CLADE). Durante três encontros, em novembro e dezembro de 2021, o grupo compartilhou suas experiências em torno de diferentes questões de seu interesse, como gênero e diversidade, as lutas estudantis e o acesso à educação. Acesse os destaques do debate em bit.ly/trocadesaberesCLADE.

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



Entre os anos de 2005 e 2012, a Rede Orçamento e Participação Ativa, movimento de adolescentes mais conhecido como Rede OPA, se articulou, na cidade brasileira de Fortaleza, para garantir um espaço de participação para crianças e adolescentes no Orçamento Participativo (mecanismo governamental que permite que a população participe da tomada de decisão sobre as prioridades do orçamento público dos municípios).

As/os jovens da Rede OPA realizavam diagnósticos das prioridades do orçamento, fiscalizando se o que havia sido acordado estava sendo cumprido. O grupo contou com o trabalho de capacitação de crianças e adolescentes para participação em processos de incidência e formulação de políticas públicas coordenado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará). Conheça mais sobre a experiência neste vídeo em bit.ly/rede-opa-video e no site bit.ly/rede-opa.



SAIBA POR QUE AS BARREIRAS SÃO AINDA MAIORES PARA ELAS

Apesar de garantido em leis nacionais e tratados internacionais, a efetivação do direito à participação ainda é um desafio na maior parte das sociedades democráticas. E um dos maiores obstáculos está relacionado à cultura adultocêntrica em que vivemos.

Você conhece esse termo?

Uma sociedade adultocêntrica é aquela na qual a opinião das pessoas adultas importa ou vale mais que a de crianças, adolescentes e jovens pela crença de que são menos capazes de formar suas próprias opiniões e pela negação de que são sujeitas e sujeitos de direitos.

Além disso, não há uma real priorização desse tema por parte das autoridades políticas e nos orçamentos públicos, o que faz com que os mecanismos já previstos na legislação não funcionem plenamente.

E essas barreiras são ainda maiores no caso das meninas e jovens mulheres. Isso acontece porque em nossas sociedades capitalistas, a discriminação e as desigualdades de gênero estruturam as relações instituídas por uma cultura machista e patriarcal que subordina e desvaloriza tudo o que está associado ao feminino, criando hierarquias e estereótipos.

A cultura patriarcal e machista resulta em misoginia (ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas), controle sobre a sexualidade e os corpos de meninas, adolescentes, jovens e adultas, definição estereotipada dos papéis e do trabalho que podem ser exercidos por meninas e meninos, entre outros modos de opressão.

Por exemplo, é exigido dos meninos que não demonstrem suas emoções e que não chorem. Ao contrário disso, o que se espera deles é que sejam corajosos e fortes. Já das meninas, é cobrado que sejam carinhosas, delicadas e sensíveis.

Essa discriminação acontece desde muito cedo, inclusive na escola, onde é comum que elas sejam separadas dos meninos nas brincadeiras, disciplinas, esportes e atividades tidas como “de meninas” ou “de meninos”, o que restringe suas opções e o próprio desenvolvimento de suas capacidades.

Elas recebem menos incentivos para desenvolver sua autonomia, independência e capacidade de tomada de decisão e para realizar ações como o próprio ato de falar em público, por exemplo. O machismo também impõe mais barreiras a elas quando familiares, companheiros e instituições da sociedade deixam meninas e jovens mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a família, o que limita seu tempo disponível para outras atividades.

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



O coletivo de mulheres Semilla de Poder atua na cidade de Medellín, na Colômbia, para garantir e ampliar os direitos das mulheres à cidadania e à participação política. O grupo realiza encontros com o objetivo de construir e fortalecer os laços entre as ativistas e de promover conhecimentos sobre mobilização, política e outros temas importantes para sua atuação.

O coletivo produz o podcast Vozes Históricas, que já possui três episódios disponíveis: “Vamos falar de feminismo e política”, “Feminismo para principiantes” e “Candidatos presidenciais, com agendas de gênero?”. Ouça em spoti.fi/3gbrTG7. Saiba mais em https://www.instagram.com/semillade_poder/.

Esses estereótipos costumam ser utilizados para deslegitimar as demandas e desconsiderar as pautas que as meninas e jovens mulheres defendem. Ou seja, se o exercício do direito à participação representa também a garantia de outros direitos, como educação, saúde, lazer e cultura, essa desigualdade de gênero impede meninas e mulheres de usufruírem de seus direitos e de influenciarem nesses e em tantos outros assuntos.

Na prática, essas discriminações e desigualdades afetam a presença das mulheres em posições de poder, seja nos governos, nos negócios, na educação, entre outras áreas. E essa falta de referências femininas nos diversos espaços da sociedade contribui para que elas não se vejam, nem sejam vistas nesses lugares, o que fortalece ainda mais os estereótipos e a desigualdade.

Você percebe essa realidade nos seus espaços de convivência?

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



A Asociación Azul Originario é uma organização formada por jovens, mulheres e homens, que atua em El Salvador para promover a cultura de paz e a prevenção da violência por meio de uma abordagem multidisciplinar e inclusiva e de metodologias de educação popular, para reforçar a organização social e comunitária. Saiba mais em <https://azuloriginario.com/>.

Também em El Salvador, a Colectiva Amorales é composta por artistas e profissionais feministas que lutam pela descriminalização do aborto, pelos direitos das mulheres e pela conquista dos espaços públicos. Por meio da arte, o grupo realiza ações de incidência política com acompanhamento de reclamações públicas, mediação de casos e formação sobre os direitos das mulheres. Conheça mais sobre o trabalho em bit.ly/colectiva-amorales e em bit.ly/colectiva-amorales-video.

Todas as barreiras impostas a meninas e mulheres se aprofundam ainda mais quando o elemento gênero se entrelaça com outros fatores de discriminação, como é o caso de meninas e mulheres negras, indígenas, de áreas rurais, com deficiência, lésbicas, bissexuais, transsexuais, entre outros.

Reconhecer os impactos desse sistema machista, racista e patriarcal e desnaturalizar as violências vividas diariamente pelas meninas e adolescentes é o primeiro passo para assegurar a elas seu direito à participação.

E é por isso que o feminismo, hoje, é um necessário movimento de resistência a tantas violências e violações de direitos. Por entenderem que a autonomia feminina se constrói e se fortalece no coletivo, as meninas e mulheres têm se auto-organizado em suas escolas e comunidades para exigir igualdade de participação e uma vida livre de violências. Esses coletivos têm contribuído para a conscientização delas a respeito de seus direitos e dos recursos que existem para lutar contra as desigualdades e discriminações.

Você conhece ou participa de algum coletivo feminista?

Podemos ver a presença desse ativismo também na internet. #VivasNosQueremos, #NemUmaMenos, #AmigaDateCuenta e #AbortoLegal são alguns exemplos de ações na rede que dão visibilidade às lutas das mulheres e das pessoas LGBTQI+ em vários países para desnaturalizar e combater as violências do sistema patriarcal e machista no espaço público, virtual ou físico.

Campanhas e mobilizações virtuais são uma possibilidade de levantar importantes debates políticos na sociedade, como a luta contra o machismo e o assédio sexual que meninas e mulheres enfrentam desde muito cedo. Essa forma de participação política online também é chamada de ativismo digital ou ciberativismo.

A participação política na rede tem contribuído, inclusive, para potencializar ações nas ruas e para diversificar as ideias que circulam na sociedade. No entanto, crianças e adolescentes enfrentam ameaças e violações de seus direitos também no ambiente virtual. Falamos sobre isso em outra publicação do Projeto Regional Interpaz, trazendo informações, dicas, atividades e exemplos concretos para você navegar livre de ameaças e ajudar outras/os adolescentes nesse caminho. Você pode acessá-la em bit.ly/guia-internet-pt.

PARA AMPLIAR O HORIZONTE

O site Capire foi criado em 2021 com o objetivo de ecoar as vozes das mulheres, visibilizar suas lutas e processos organizativos nos territórios e fortalecer referências locais e internacionais do feminismo popular, anticapitalista e antirracista. A plataforma está disponível nos idiomas português, espanhol, inglês, francês e árabe e reúne entrevistas, análises, relatos de experiências e expressões culturais. A iniciativa é coordenada pela Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista internacional que se iniciou em 2000 com a finalidade de realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres. Acesse o site em <https://capiremov.org/>.

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



Na seção sobre cultura feminista do site Capire, plataforma feminista internacional, é possível encontrar fotos, filmes, poemas e outras expressões artísticas de mulheres que resistem e transformam em diversas partes do mundo. Acesse em <https://capiremov.org/category/cultura/>.



AFINAL, COMO PARTICIPAR NA PRÁTICA?

Como já vimos, a participação é um direito humano fundamental para a concretização de outros direitos básicos. E é por isso que a participação é a própria essência da democracia e da cidadania.

E a essa ação intencional com o objetivo de influenciar políticas públicas locais, regionais, nacionais ou internacionais damos o nome de participação política.

Você pode estar se perguntando: “Mas para ser política, a participação não deve envolver necessariamente as eleições?”. E a resposta é não. Na verdade, a participação política vai muito além das instâncias políticas institucionais.

Por exemplo, é possível participar politicamente envolvendo-se em atividades coletivas, como aquelas promovidas por um grupo do bairro ou da comunidade, um clube de esporte, um espaço cultural, uma associação, um movimento social e outros formatos coletivos ou até participando de manifestações, passeatas e outros tipos de atos públicos com a intenção de defender um direito ou de influenciar as decisões das autoridades políticas que elegemos para nos representar nos poderes executivo e legislativo.

Participar gera um processo de aprendizagem. Quem participa ativamente da família, comunidade, escola, grupo do bairro e de outros espaços coletivos ou das decisões públicas torna-se capaz de refletir sobre a realidade, fazer críticas, tomar decisões e defender seus direitos. Ou seja, é participando que se aprende a participar.

Pois é! Política não se resume a votar nas eleições. Vai muito além disso. E apesar de muita gente dizer, hoje em dia, não se interessar por política, ainda assim, ela afeta a vida de todas/os nós, todos os dias. Desde o transporte público que te leva à escola, até o direito a espaços de lazer no bairro ou o preço do arroz no supermercado. Tudo envolve a política.

É provável que você já tenha escutado alguém dizer que as/os jovens de hoje não se interessam por política.

Como teria que ser essa participação política para atrair o seu interesse?

Para refletir sobre essas questões, é importante observarmos um fenômeno, mais presente na última década, principalmente na região da América Latina, que diz respeito à ocupação das ruas e de espaços públicos por adolescentes e jovens de países como Brasil, Chile, Colômbia, México e outros, seja por melhores condições na educação pública, por mais justiça social, por menos corrupção ou por mais empregos e oportunidades. Sem contar as várias ações culturais organizadas pela juventude, como saraus, grafittis, batallas de MCs, entre outras.

O fato é que, nos últimos anos, muitas/os adolescentes e jovens têm participado da vida pública, mas, muitas vezes, fora das instâncias partidárias e eleitorais. E essas ações têm ganhado cada vez mais formas de articulação e comunicação, nas ruas ou nas redes sociais, mostrando que existe participação política adolescente e juvenil sim e ela pode ser inovadora.

Você já participou politicamente em algum desses formatos?

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



No Brasil, os últimos anos foram marcados pela ocupação de espaços públicos pelas juventudes. Em 2016, mais de mil escolas, em mais de 20 estados, foram ocupadas por estudantes que protestavam contra o corte de recursos para a educação pública, por melhorias na infraestrutura das escolas e na oferta de alimentação escolar, entre outros pontos. O movimento foi organizado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), entidade que representa o movimento estudantil do ensino médio no país.

PARTICIPAÇÃO NA PRÁTICA

No Brasil, o direito à participação é reconhecido pela Constituição Federal, que, além de garantir o direito à livre manifestação e à livre associação, estabelece mecanismos formais para seu exercício. Mas além destes, outros formatos autônomos e espontâneos de participação também estão presentes no país.

A seguir, apresentamos algumas dessas ferramentas. Você pode pesquisar como funcionam essas ou outras em seu país.

Organização estudantil

Os grêmios estudantis são organizações independentes formadas exclusivamente por estudantes que têm como principal objetivo garantir sua representação na escola para que possam participar de discussões e decisões importantes e organizar atividades de seu interesse. Na universidade, quem faz esse mesmo papel são os centros e diretórios acadêmicos.

Organizações de juventude

Coletivos criados e liderados por jovens que compartilham objetivos, princípios e valores comuns. Atuam em diversas áreas, como educação, saúde, esporte, cultura, geração de renda, política, direitos humanos, juventude, comunicação etc. Essas organizações geralmente atuam em um contexto local e são motivadas pelo desejo de mudança da realidade.

Associação de moradoras/es

Organizações sem fins lucrativos formadas por pessoas de uma mesma comunidade ou bairro que se unem para lutar por melhorias em seu território. Pode ser um poderoso instrumento para a comunidade se organizar e pressionar o governo por seus direitos.

Movimentos sociais

Forma de manifestação popular para protestar e lutar por direitos e mudanças sociais. Atuam no combate às diferentes formas de discriminação e desigualdades sociais, sendo muito importantes para a democracia.

Voto

O voto é um direito da cidadã e do cidadão em todos os países democráticos, pois é por meio dele que se escolhem as/os representantes políticos. Além da política, o voto ainda é usado para decidir os demais assuntos de interesse público por meio de outros instrumentos, como referendos ou plebiscitos.

Plebiscito

Mecanismo democrático de consulta popular antes de uma lei entrar em vigor. A diferença entre o plebiscito e o referendo é que no caso do segundo, a consulta é feita após a promulgação da lei, cabendo ao povo validá-la ou rejeitá-la.

Ação popular

Instrumento destinado à anulação na Justiça de atos prejudiciais ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Ou seja, cidadãs e cidadãos podem propor uma ação popular sempre que considerarem que uma ação do poder público foi nociva em algum desses itens.

Conferência de políticas públicas

Espaços de consulta ou decisão que reúnem representantes de governos e sociedade civil organizada para debater as prioridades de determinada política pública.

Referendo

Instrumento da democracia por meio do qual eleitoras e eleitores são chamados a pronunciar-se por meio do voto sobre assuntos de relevante interesse à nação.

Iniciativa popular

Consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados com apoio de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, ao menos, 5 estados, com não menos do que 0,3% das/os eleitoras/es de cada um deles.

Conselho de políticas públicas

Espaços institucionais criados para fomentar a participação da população na formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas. Alguns conselhos são regulamentados nos planos estaduais e municipais: transporte, política urbana, meio ambiente, direitos da mulher, direitos da população negra etc. Outros, obrigatórios por lei, são regulamentados no plano federal: saúde, educação, criança e adolescente, assistência social e trabalho/emprego.

PARA AMPLIAR O HORIZONTE

Para que se tenha cidadãs e cidadãos participativos, que expressem e respeitem valores democráticos, é necessário o estímulo desde a infância, na escuta e compartilhamento de decisões dentro de casa e em todos os espaços de socialização de crianças e adolescentes, até chegar às instâncias políticas.

Nesse sentido, as escolas constituem locais privilegiados para o aprendizado e a vivência da participação, sendo o lugar onde crianças e adolescentes passam boa parte de suas vidas.

Grêmios estudantis e conselhos de estudantes são alguns dos mecanismos que permitem garantir a escuta e a participação de estudantes em diversos níveis no espaço da escola e favorecem o diálogo e a construção do sentimento de pertencimento entre todas as pessoas que integram a comunidade escolar.

Você já fez parte de algum espaço de participação na sua escola?

INSPIRAÇÕES PELA AMÉRICA LATINA



As/os Sem Terrinha têm sido exemplo na causa da agroecologia, pelo direito de crescer e permanecer no campo. Sem Terrinha é como se identificam as crianças das famílias que moram nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, que luta pela democratização do acesso à terra e pela defesa dos direitos de quem vive no campo e na floresta.

Anualmente, as/os Sem Terrinha se reúnem na Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha, onde realizam diversas atividades que proporcionam sua participação, reivindicando seus direitos em temas como educação de qualidade no campo, melhor infraestrutura e transporte escolar, atendimento apropriado a crianças com deficiência, combate às desigualdades de gênero e raça, entre outros. Acesse a revista Sem Terrinha em <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>.



NOSSAS FONTES DE PESQUISA (QUE PODEM SER SUAS TAMBÉM)

Agência Jovem de Notícias
<http://www.agenciajovem.org>

Capire - Vozes Feministas para Mudar o Mundo
<https://capiremov.org/>

InfoJovem - Portal de Informação Juvenil
<https://www.infojovem.org.br/>

Instituto AzMina
<https://azmina.com.br/>

Lunetas - Portal de Jornalismo sobre Infância
<https://lunetas.com.br>

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
bit.ly/convencaodireitoscriancas

Carpeta amigable de la Convención sobre los Derechos del Niño
uni.cf/3yLuOvK

Eleitas - Mulheres na Política
<https://www.onlines.ar/eleitas/>

Guia de Participação Cidadã de Adolescentes
Fundo das Nações Unidas para a Infância
uni.cf/3TpSvBB

Impactos de la pandemia Covid-19 en la fragilidad democrática. El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua
Heinrich Böll Stiftung (2020)
bit.ly/impactosdelapandemiaCovid19

La Participación de los Niños - De la Participación Simbólica a la Participación Auténtica
Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia
bit.ly/participacionninos

Menu de Indicadores e Sistema de Monitoramento do Direito à Participação de Meninos, Meninas e Adolescentes
Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN) - Organización dos Estados Americanos (OEA)
bit.ly/monitoramentoparticipacao

Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens
Fundo das Nações Unidas para a Infância
uni.cf/3MGrzv9

Versión amigable de la Observación General al Artículo Nro. 12 de la Convención sobre los Derechos del Niño
bit.ly/observacionarticulo12

A lei que virou meio para constranger opositores do governo
DW (2021)
bit.ly/noticialeiseguranca nacional

El Paro Nacional 2021: Lecciones aprendidas para el ejercicio del derecho de reunión pacífica en Colombia
Naciones Unidas (2022)
bit.ly/elparonacional2021

EL Salvador: El estado de emergencia creó una tormenta perfecta de violaciones de los derechos humanos
Amnistía Internacional (2022)
bit.ly/estadodeexcepcionelsalvador



POR TRÁS DESTA GUIA

Coordenação

Fabiana Vezzali

Projeto editorial, pesquisa e redação

Amanda Proetti

Edição e revisão

Fabiana Vezzali

Revisão

Célia Alldridge

Lorena Alferez

Projeto gráfico e ilustrações

Thiago Luis de Jesus

Tradução

Adriana Alvarez



interpaz.tdh-latinoamerica.de